017. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0021081-10.2017.8.19.0000 Assunto: Recuperação Judicial / Recuperação judicial e Falência / Empresas / DIREITO CIVIL Origem: CAPITAL 7 VARA EMPRESARIAL Ação: 0334127-58.2015.8.19.0001 Protocolo: 3204/2017.00201435 - AGTE: GALVAO PARTICIPAÇÕES S A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL AGTE: GALVAO ENGENHARIA S A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL ADVOGADO: FLÁVIO ANTONIO ESTEVES GALDINO OAB/RJ-094605 ADVOGADO: FELIPE BRANDÃO ANDRÉ OAB/RJ-163343 AGDO: EBARA CORPORATION ADVOGADO: DR(a). HORACIO BERNARDES NETO OAB/SP-049872 ADVOGADO: ANA CAROLINA CREPALDI DE ARRUDA PENTEADO OAB/SP-208188 ADVOGADO: CAMILA AGUILEIRA COELHO OAB/RJ-166511 ADVOGADO: CAMILA SPINELLI GADIOLI OAB/SP-137880 INTERESSADO: R2A SERVIÇO EMPRESARIAL LTDA REP/P - RUBEM PEREIRA DA SILVA JUNIOR **Relator: DES. CARLOS AZEREDO DE ARAUJO** Funciona: Ministério Público Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. IMPUGNAÇÃO AO CRÉDITO. DECISÃO AGRAVADA QUE FIXOU O VALOR DE R\$3.000,00 (TRÊS MIL REAIS) OS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA NA FORMA DO ART.85, §8º, CPC. PEDIDO DE INVERSÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS POR TER SIDO VENCIDA EM RELAÇÃO AO PEDIDO PRINCIPAL OU AFASTAR SUA CONDENAÇÃO POR NÃO APRESENTAR QUALQUER RESISTÊNCIA AO PEDIDO SUBSIDIÁRIO.1. É iterativa a jurisprudência deste Tribunal de Justiça no sentido que na impugnação ao crédito habilitado a fixação dos honorários de sucumbência deve ser conduzida segundo apreciação equitativa do juiz, nos termos do atual §8º do art. 85 do CPC/15, dispositivo que em grande parte correspondente ao art. 20, §4º, do revogado CPC/1973 (Lei 5.869/73).2. Observadas as circunstâncias do art. 85, §8.º, CPC, tenho que a verba honorária foi acertadamente fixada.MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. RECURSO NÃO PROVIDO. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

018. APELAÇÃO 0021137-11.2015.8.19.0001 Assunto: Pagamento / Adimplemento e Extinção / Obrigações / DIREITO CIVIL Origem: CAPITAL 31 VARA CIVEL Ação: 0021137-11.2015.8.19.0001 Protocolo: 3204/2017.00326705 - APELANTE: MARIA APARECIDA ANDRADE DE OLIVEIRA ADVOGADO: MARIA DA CONCEIÇÃO ARAUJO DAS CHAGAS GAMA OAB/RJ-052289 APELADO: FRANCISCO CARLOS FERNANDES ALVES ADVOGADO: ADELSON ROBERTO DE MENEZES OAB/RJ-048745 **Relator: DES. CARLOS AZEREDO DE ARAUJO** Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. DISSOLUÇÃO UNIÃO ESTÁVEL. RESIDÊNCIA DE AMBOS DENTRO DO MESMO IMÓVEL. RECONHECIMENTO DO DIREITO DE MEAÇÃO. PROPRIEDADE EM CONDOMÍNIO. AS DESPESAS QUANTO A MORADIA NO IMÓVEL É DE RESPONSABILIDADE DOS CONDÔMINOS. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. APELO DA RÉ SOB O ARGUMENTO DE ESTAR A DÍVIDA SOB O MANTO DA PRESCRIÇÃO. ART. 206, §3º, IV CC. NÃO HÁ USO EXCLUSIVO DO IMÓVEL POR UM DOS CONDÔMINOS, SENDO QUE AMBOS RESIDEM NOBEM, CONFORME DECLARADO PELO AUTOR E PELARÉ, TODAS AS DESPESAS COMUNS DEVEM SER REPARTIDAS ENTRE AS PARTES, EM IGUAL MEDIDA, NA FORMA DO ART. 1315, CAPUT E ÚNICO CC, PRESUMINDO-SE IGUAIS AS PARTES IDEIAS DOS CONDÔMINOS, ATÉ A EFETIVAÇÃO DA PARTILHA. AÇÃO PROPOSTA EM 23/01/2015 CONFORME CERTIDÃO E NÃO EM 21/01/2014 COMO CONSTA NA PETIÇÃO INICIAL. ENCONTRA-SE PRESCRITO O DÉBITO NO TOCANTE AO ANO DE 2011 SOMENTE, VEZ QUE POR SE TRATAR DE PRESTAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO, DEVE A RÉ CONTINUAR RESPONSÁVEL PELA DIVISÃO DE GASTOS ATÉ O MOMENTO EM QUE NÃO MAIS COEXISTIR A MORADIA EM CONDOMÍNIO DAS PARTES. PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO. RAZÕES RECURSAIS QUE NÃO MERECEM ACOLHIMENTO - INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS PREVISTOS NO ARTIGO 1022 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. JULGADOR ANALISOU EXPRESSAMENTE TODAS AS QUESTÕES EXPOSTAS, DIVERGÊNCIA ENTRE A TESE DEFENDIDA PELO EMBARGANTE E O POSICIONAMENTO DESTA CORTE NÃO CONFIGURA OMISSÃO. TODOS OS DISPOSITIVOS LEGAIS PREQUESTIONADOS FORAM AMPLAMENTE DEBATIDOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO QUE SÃO REJEITADOS. Conclusões: POR UNANIMIDADE, REJEITARAM-SE OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

019. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0022822-85.2017.8.19.0000 Assunto: Fixação / Alimentos / Família / DIREITO CIVIL Origem: BARRA DA TIJUCA REGIONAL 1 VARA DE FAMÍLIA Ação: 0042227-96.2016.8.19.0209 Protocolo: 3204/2017.00219445 - AGTE: SIGILOSO ADVOGADO: MARCELO SANTORO PIRES DE CARVALHO ALMEIDA OAB/RJ-085615 ADVOGADO: BERNARDO PEREIRA DE CASTRO MOREIRA GARCIA OAB/RJ-087501 ADVOGADO: LUIZ CLAUDIO DE LIMA GUIMARAES COELHO OAB/RJ-096724 AGDO: SIGILOSO ADVOGADO: IVANILDA DA SILVA OAB/RJ-104828 ADVOGADO: JOSE ESTEVAM MACEDO LIMA OAB/RJ-102150 **Relator: DES. CARLOS AZEREDO DE ARAUJO** Ementa: EM SEGREDO DE JUSTIÇA Conclusões: EM SEGREDO DE JUSTIÇA

020. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0023352-89.2017.8.19.0000 Assunto: Indenização Por Dano Material - Outros / Indenização por Dano Material / Responsabilidade da Administração / DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO Origem: CAPITAL 10 VARA FAZ PUBLICA Ação: 0121312-09.1998.8.19.0001 Protocolo: 3204/2017.00225429 - AGTE: LUCIA MARIA SOUZA TAVARES AGTE: EDSON JOSE TAVARES ADVOGADO: RENATA FERNANDA PINHEIRO DA CRUZ OAB/RJ-096267 ADVOGADO: KARLA HELENA HENRIQUE PEREIRA OAB/RJ-120121 AGDO: COMPANHIA ESTADUAL DE ENGENHARIA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA - CENTRAL ADVOGADO: LEONARDO DUNCAN MOREIRA LIMA OAB/RJ-087032 ADVOGADO: CARLOS FERNANDO CARVALHO MOTTA FILHO OAB/RJ-116964 ADVOGADO: PEDRO OCTÁVIO DE NIEMEYER OAB/RJ-179219 **Relator: DES. CARLOS AZEREDO DE ARAUJO** Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DECISÃO AGRAVADA QUE DEIXOU DE ACOLHER REQUERIMENTO DE REJEIÇÃO LIMINAR POR AUSÊNCIA DE PLANILHA. 1. Na decisão impugnada, manifestou-se o juízo de piso no sentido de afastar a análise do requerimento de rejeição liminar da impugnação apresentada, por tratar-se de matéria de direito, considerando-se seu inegável interesse público, diante da discussão quanto à aplicação do disposto na lei 9494/97 com as alterações introduzidas pelo artigo 11.960/09.2. In casu, a agravada postulou o reconhecimento do excesso do quantum debeatur, aduzindo que os cálculos apresentados pela agravante não retratavam o fiel cumprimento da sentença transitada em julgado, sem apontar em planilha demonstrativa dos cálculos que reputava devidos mas, aduzindo, igualmente, como se lê da decisão ora atacada, a aplicação da regra do art.1.º-F, da Lei n.º 9.494/97 com a redação dada pela Lei 11960/09 que repete o art. 100, §12 da CF/88. Pretendia, igualmente, a embargada, o reconhecimento da aplicação às empresas públicas dos privilégios previstos para os entes da administração direta, além da definição do marco para a aplicação do índice de correção monetária pretendido na execução.3. Ainda que o STJ entenda que nos embargos fundados em excesso à execução caberia ao devedor apontar o valor que entenderia correto, apresentando memória de cálculo, sob pena de rejeição (entendimento igualmente aplicável à Fazenda Pública, nos termos do artigo 739-A, §5.º do CPC), e, entendimento que se aplicaria à impugnação do cumprimento de sentença, certo é que a matéria aventada na impugnação do agravado era mais complexa, o que, inclusive, definiria os próprios limites da execução. Atento o magistrado primevo à regra do artigo 4º do CPC/15. Nesse sentido, se a impugnação se refere a matéria de direito, aí incluída a discussão acerca dos critérios de correção monetária a serem adotados, deve-se considerar dispensável a juntada de planilha de cálculos, considerando-se, exatamente, a complexidade da matéria em análise.4. O agravado não tem direito à equiparação à Fazenda Pública, no caso em comento, quanto ao pagamento do débito com fulcro no art. 1º F, da Lei no 9.494/97, que se destina apenas às entidades de Direito